



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

g Et
Alfodrigues

ACTAº Nº 2/00 SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2000 24 de Fevereiro de 2000

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia: Presidente, Senhora Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Primeiro Secretário, Senhor Luis Manuel C. Batista Nunes.

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que o Senhor Presidente da Assembleia iria chegar mais tarde, razão de não chamar nenhum membro da Assembleia para a Mesa.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Mário Ventura Henriques, António Luis Andrade Silva, Mário Miguel Rodrigues, Armando Paulino Domingos, Jaime Pereira Garcia e Alves Nunes, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Judite Pinto e os Senhores Vereadores João Bernardino, Fernando Pereira, Gabriel Oliveira, Cumbre Tavares, Miguel Gabriel e Rui Loureiro.

I - ORDEM DO DIA

- 1 - Apreciação, nos termos da alínea e) do nº. 1 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*;
- 2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa ao *“Regulamento de Programa Retorno”*;
- 3 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 4 do Artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 514/99, de 24 de Novembro, da deliberação da CMA relativa ao *“Abono de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente”*;

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 3 do Artigo 53º. da Lei nº.- 169/99, de 18 de Setembro e Artigo 79º. do Decreto Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, da deliberação da CMA relativa ao "*Plano de Pormenor do Quarteirão 1 da Brandoa*".

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, colocou a Ordem de Trabalhos a discussão e não havendo intervenções, colocou-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 37 membros presentes (Documento em anexo à presente Acta).

IV - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito a Senhora Conceição Martins e o Senhor Carlos Garcia.

A Senhora Conceição Martins, residente na Estrada Salvador Allende – nº. 10, disse que o condomínio do prédio foi avisado pela PSP que o Gerente do Bar existente no prédio pediu a alteração de horário de funcionamento das 22 horas para as 24 horas. Solicitou que essa alteração não lhe fosse concedida, pois se assim já existe muito barulho e distúrbios com a alteração ainda vai ser pior.

O Senhor Carlos Garcia falou sobre o Mercado dos Moínhos da Funcheira para dizer que este funciona aos Sábados e Domingos da parte da manhã e que o lixo só é recolhido ao Domingo à noite, razão de haver maus cheiros, melgas, etc., pelo que solicita que esta situação seja resolvida o mais rapidamente possível, pois aproxima-se o verão e com o calor ainda vai ser muito pior.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à munícipe que a Câmara para prolongar o horário de funcionamento do Bar tem o Gerente deste, dar garantias em relação a um conjunto de obras e medições que têm de ser feitas, de modo a não prejudicar os moradores da zona.

O Senhor Vereador Carlos Silva, por delegação do Senhor Presidente da Câmara, respondeu ao munícipe sobre o Mercado dos Moínhos da Funcheira, dizendo que tem ideia que os lixos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

João G. t
Agente

são recolhidos todos os dias, após o encerramento do Mercado, pois não existe contentor hermético. Está a decorrer um concurso para aquisição de contentores herméticos que serão colocados junto aos Mercados. Pensa que neste verão já não existirão problemas de cheiros, pois com a colocação dos contentores o problema será resolvido. Disse ir verificar se a recolha é feita todos os dias e se isto se não verificar vai instruir os serviços para que se efectue essa recolha diária.

VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito a Senhora M^a. Luisa Jubilado e os Senhores José Teodoro, Joel Monteiro, Tremoço de Brito, José Manuel Graça e Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

A Senhora M^a. Luisa Jubilado interveio para ler uma declaração política do PSD sobre o Património da Amadora (Documento em anexo à presente Acta).

O Senhor Manuel Vieira interveio para dizer que desde que solicitou a suspensão do mandato deixou de receber os convites e informações municipais que até então recebia, pelo que solicita que a Assembleia, através da Mesa, diligencie de modo a que os volte a receber. De seguida disse que a CDU iria apresentar uma moção que tem em conta tomar uma posição perante o Poder Central no que respeita ao PIDDAC e que gostaria que fosse discutida na Assembleia Municipal. Enunciou algumas deficiências constantes no documento e entregou-o à Mesa da Assembleia.

O Senhor José Fernandes em continuidade com o Orador anterior disse, ser intenção da CDU trazer a moção a discussão para que saísse da Assembleia uma posição sobre aquelas insuficiências. O Artigo 87º. da Lei das Autarquias Locais não permite que seja tomada uma posição, mas sim apenas a sua discussão. Num futuro próximo será entregue, atempadamente, uma moção na Assembleia de modo a poder haver uma deliberação da mesma sobre esta matéria.

O Senhor Manuel Vieira voltou a intervir para dizer que o documento está designado como moção, mas que na realidade não o é, mas sim uma tomada de posição perante o Poder Local. O Artigo 19º. Do Regimento, na sua alínea m) refere: "Tomar posição perante os Órgãos do Poder Central sobre assuntos de interesse para o Município", pelo que este documento se enquadra nesta alínea e propôs que este documento se passasse a designar como uma tomada de posição e não como moção a fim da Assembleia possa tomar uma posição sobre este assunto.

O Senhor José Teodoro interveio para falar sobre os transportes privados que estão a operar na Cidade, dizendo que estes, não beneficiam os utentes, nomeadamente carreiras que constam no horário que não se efectuam, solicitando que a Câmara tome uma posição sobre esta situação

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas, tais como, o estado lastimoso do Aqueduto das Águas Livres, que é uma preocupação de toda a gente e que a Câmara já teve de chamar à atenção a EPAL devido a uma rotura que ali existia. Está prevista uma intervenção, em dois tempos, sendo uma da responsabilidade da REFER e a outra da responsabilidade da Câmara que está contemplada no URBAN. Foi lançado um concurso para o arranjo das zonas envolventes e do tratamento do próprio Aqueduto. Sobre o PIDDAC, disse que este contém algumas deficiências em várias áreas, nomeadamente, os Centros de Saúde, cuja verba é insuficiente e não permite sequer lançar os concursos para os projectos, faltando incluir o Centro de Saúde do Zambujal/Buraca, já existindo terreno cedido para a sua construção. O Ministério da Saúde considera este Centro de Saúde prioritário, mas não vem referido no PIDDAC, apelando aos Deputados do PS para que na discussão na Assembleia da República introduzissem a construção deste Centro de Saúde. A Secção da PSP da Damaia, vai ser lançado concurso para a sua construção e não é com os mil contos inscritos em PIDDAC que se faz a obra, havendo necessidade de transferências de outras áreas para aquela. Não está de acordo com a inclusão em PIDDAC da ligação da CRIL-Buraca-Alfornelos, porque o concurso está lançado e que é uma concessão, razão de não constar no mesmo. A rede do Metropolitano para a Falagueira, está incluída no Orçamento do Metropolitano. A ligação Hospital/Lido, disse que neste momento a Câmara ainda não tem os terrenos e que neste momento o que está em discussão é a aprovação de uma minuta de protocolo entre a Câmara e o Ministério da Defesa, tendo em vista a cedência do terreno.



61
Assinatura

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Finalmente falou sobre os Transportes Públicos na Amadora para dizer que a Câmara está a fazer um estudo, tendo em vista a abertura de um concurso para os Transportes na área do Município, tendo a Câmara reunido com a VIMECA para tratar deste problema, nomeadamente a criação de uma transportadora Interfreguesias, para melhorar o serviço.

O Senhor Joel Monteiro interveio para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tem alguma informação sobre o financiamento da obra do Metro da Falagueira. Perguntou ainda se a Empresa do Metropolitano sendo uma Empresa Pública não deverá constar no Orçamento Geral do Estrado. Por fim perguntou qual o ponto da situação em que se encontra o Mercado Novo da Falagueira.

O Senhor Tremoço de Brito falou sobre as obras inacabadas e os buracos das Ruas no Concelho, dizendo que não compreende a razão de a Câmara não exigir a finalização destas e a reparação das Ruas. Por fim falou sobre o Tribunal para dizer que há muito tempo que se anda a lutar pela sua construção e que no PIDDAC vem contemplado apenas com 200 mil contos, verba que será para gastar nos Barracões da Damaia que não têm qualquer condição para albergar o Tribunal.

O Senhor Manuel Vieira voltou a intervir para dizer que a CDU também considera que as verbas apresentadas no PIDDAC são insuficientes, razão da apresentação do documento, para discussão, sobre Assuntos Relevantes para a Amadora. Por fim disse que não tem conhecimento do concurso público para a construção da CRIL e do Metro até à Falagueira, pelo que gostaria de ser informado sobre esta situação.

O Senhor José Graça interveio para dizer que o Parque de Estacionamento Autorizado da Câmara está sempre ocupado com viaturas para venda, pelo que solicita que o problema seja resolvido o mais rapidamente, pois não existem lugares para os Eleitos estacionarem as suas viaturas quando se desocam à Câmara.

A Senhora Maria Luisa Jubilado voltou a intervir para dizer que o Mercado da Damaia foi entregue à Câmara pelo Empreiteiro em péssimas condições e que corre na Freguesia que o mesmo é para deitar abaixo por causa do Tribunal e ser construído um novo, pelo que pergunta se este boato tem fundamento ou não.

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para responder às questões colocadas. O Metro da Falagueira disse que a construção deste é feito por um Orçamento próprio da Empresa do metropolitano e que não tem de vir em PIDDAC, já que é financiamento próprio e empréstimos próprios. Do Mercado da Falagueira existem ali vários problemas há anos, pelo que vão ser tomadas algumas medidas, inclusivé o arranjo de um espaço alternativo que permita a construção de um novo, e o seu actualo financiamento e ordenamento dos espaços envolventes do Mercado. Por fim falou sobre a ligação de Alfoanelos-Buraca à CRIL para dizer que foi publicado, no passado, o concurso de adjudicação da obra que incluiu as IC 16 e IC 30, razão de não estar incluída em PIDDAC.

Pelas 22.30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia ocupou o seu lugar, passando a Mesa a ser constituída pelo Senhor Presidente da Assembleia, António Ramos Preto, pela Senhora Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues e pelo Senhor Segundo Secretário, Luis Manuel da Costa Batista Nunes.

Seguidamente os trabalhos foram suspensos por um período de 5 minutos para recolha de assinaturas necessárias para a inclusão da proposta da CDU na Ordem do Dia na base do nº. 5 do Artigo 41º. do Regimento. Após esta suspensão, o Senhor Presidente da Assembleia informou que tendo o documento, sobre Assuntos Relevantes para o Município – Infraestruturas Indispensáveis à Cidade da Amadora, as assinaturas indispensáveis, o mesmo é incluído na Ordem do Dia como Ponto nº. 5 e que será lido aquando da sua discussão.

O Senhor Presidente da Assembleia deu este Período por esgotado.

VII - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Apreciação, nos termos da alínea e) do nº. 1 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da *“Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que conforme decisão da Comissão Permanente, o tempo para discussão deste ponto seria de 15 minutos por cada bancada e de 20 minutos para a Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature and initials.

O Senhor Tremoço de Brito interveio para dizer que a bancada da CDU não está de acordo com o espartilhamento dos tempos para discutir determinados assuntos. Que a bancada pensa que um assunto pode demorar relativamente pouco tempo na sua discussão e outros assuntos podem demorar muito tempo, pelo que a sua bancada não está de acordo com o princípio dos tempos.

O Senhor Presidente da Assembleia disse, para que conste na Acta, que tomava nota da posição da bancada da CDU embora a posição do representante da CDU na Comissão Permanente não seja esta que está aqui a ser expressa pelo membro da CDU. Que em reunião da Comissão Permanente se decide uma coisa e depois a CDU, aqui, vem dizer outra, pelo que pode ficar a ideia que é a Mesa que impõe aqui o tal espartilho da rolha. A Mesa não impõe espartilho nenhum, apresentando os pontos em Comissão Permanente e o que é decidido é aqui mencionado pela Mesa.

O Senhor João Nascimento interveio para dizer, para que conste na Acta, que já anteriormente houve uma afirmação do mesmo teor feita pelo Senhor Presidente da Assembleia e que face a esta situação, haja Comissões Permanentes que houver, a partir deste momento recusará pronunciar-se sobre os tempos a atribuir. Tudo isto porque a bancada da CDU já deixou claro, nesta Assembleia, que não está de acordo com os tempos.

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a falar para dizer que no que toca a este ponto da Ordem do Dia não foi levantada qualquer objecção, mas sim em relação ao ponto número 2. Que quando se entrasse na discussão desse ponto, tentaria expressar o mais fielmente possível o que se passou na Comissão e que, obviamente, levantaria a objecção que o Senhor João Nascimento levantou em sede de Comissão. Que está a tentar ser fiel e que não está a impôr tempos, mas sim a anunciar à Assembleia o que é ponderado em termos da Mesa com a Comissão Permanente.

O Senhor Manuel Frade disse que pediu a palavra para manifestar o seu total desagrado, pois, sinceramente, não compreende a tomada de posição da CDU sobre a questão de atribuição de tempos nos pontos da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a falar para dizer que enquanto não for alterado o Regimento continuará a haver a Comissão Permanente.

O Senhor José Teodoro interveio para dizer que pensa que esta questão é importante, pois todos sabem que têm de conviver com uma Lei das Autarquias, não só aqui mas em todo o País, que é limitativa. Que nas Assembleias Municipais neste momento, o seu funcionamento, a sua metodologia é limitativa, limitando o funcionamento, e os próprios interesses para os cidadãos, em abordagens das matérias com menor profundidade, porque há uma Lei ela própria limitativa, pelo que se tem de conviver, mal ou bem, com esta situação. Disse não estar de acordo com a atribuição dos tempos embora contribua na sua atribuição e já manifestou várias vezes nesta Assembleia o seu desacordo sobre a forma como as Assembleias estão neste momento a funcionar. É um desagrado manifestado em todas as Assembleias do País Devendo haver alguma flexibilidade, sobre a atribuição dos tempos.

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a falar para dizer que a atribuição de tempos é uma questão de metodologia e que a Lei das Autarquias Locais nem sequer fala em tempos e também que esta questão dos tempos foi uma coisa que a Assembleia Municipal da Amadora inventou na sua Comissão de Regimento.

O Senhor João Vieira interveio para dizer que de facto o Regimento de pouco ou nada serve e que a discussão que se está a ter lugar aqui, não deveria ser aqui mas sim em Comissão. Que face a esta discussão, as Comissões de Regimento e Permanente não têm razão de existir. Que esta Assembleia está a negar-se a si própria, o que lhe parece estranho. Que, se alguém aqui nesta sala poderia levantar a voz relativamente a esta questão dos tempos seria ele, por causa de uma tentativa de atribuição de tempos na Comissão Permanente, assáz invulgar, que foi tomada nessa Comissão e onde ele não esteve presente. Não lhe parece que esta distribuição, em termos de metodologia, seja uma asneira, se se tiver em linha de conta a própria limitação que decorre em Regimento que as Sessões não devem ultrapassar uma hora do dia seguinte da data em que têm o seu início. Por fim disse que é perfeitamente normal a fixação destes tempos e que nunca esta fixação poderá impedir a discussão dos assuntos até à sua exaustão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

GA
Assinatura

Após estas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia disse que o Relatório da Actividade Municipal foi distribuído a todos os membros e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia introduzi-lo. Como a resposta foi negativa e não havendo intervenções para a sua discussão, deu este ponto por esgotado.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa ao ***“Regulamento de Programa Retorno”***.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar que, de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 20 minutos para discussão deste ponto, bem como a Câmara embora o representante da CDU tivesse dito que no seu entender pudesse não ser tempo suficiente para apreciação desta matéria, pelo que se verá se este tempo é suficiente ou não e que caso não seja dar-se-á mais tempo para que se possa esgotar a discussão desta matéria. Informou ainda, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para apreciar esta matéria não tendo emitido parecer por falta de consenso. De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introdução formal da proposta.

Após esta introdução, O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão da proposta, tendo-se inscrito os Senhores José Fernandes, Manuel Frade, João Vieira, José Leal, Manuel Jerónimo, José Marques, António Filipe, Luis Guarita e Tremoço de Brito.

O Senhor José Fernandes referiu que o não havido consenso em Comissão foi devido a haver um conjunto de razões que impediram que houvesse o mesmo. Que este Regulamento não tem base legal que o sustente, pelo que há muitas dúvidas. Por fim disse que, na opinião da CDU não é esta a melhor forma de resolver o problema, mas sim em parceria com o Governo.

O Senhor Manuel Frade disse que lamenta o facto de não poder ter sido elaborado parecer na Comissão da especialidade porque a CDU não estava de acordo e também que a bancada do PS vai votar a proposta favoravelmente.

O Senhor João Vieira disse que lamenta que a CDU tivesse inviabilizado, na Comissão o consenso e que vai votar a proposta favoravelmente.

O Senhor António Filipe interveio para dizer que a CDU, não estando de acordo com esta proposta, vai votar contra.

Findas as intervenções, O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, tendo sido aprovada por maioria com 27 votos a favor, 7 contra e uma abstenção (Documento anexo à presente Acta).

3 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 4 do Artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 514/99, de 24 de Novembro, da deliberação da CMA relativa ao ***“Abono de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente”***.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 5 minutos para discussão deste ponto, bem como a Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre esta matéria, o qual foi lido pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Vice Presidente da Câmara, Vereadora Judite Pinto, por ausência do Senhor Presidente da Câmara, para introdução formal da proposta.

Após esta introdução, o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a sua discussão e não havendo intervenções colocou-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 31 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 3 do Artigo 53º. da Lei nº.- 169/99, de 18 de Setembro e Artigo 79º. do Decreto Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, da deliberação da CMA relativa ao ***“Plano de Pormenor do Quarteirão 1 da Brandoa”***.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 5 minutos para discussão deste ponto, bem como a Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar, que a Comissão de Urbanismo havia reunido para emitir parecer sobre esta matéria, o qual foi lido pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para introdução formal da proposta.

Após esta introdução, o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a sua discussão e não havendo intervenções colocou-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 31 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

5 – Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 2 do Artigo 87º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da *“Tomada de Posição sobre Assuntos Relevantes para o Município – Infraestruturas indispensáveis à Cidade da Amadora”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que este ponto foi introduzido na Ordem do Dia por efeito do nº. 5 do Artigo 41º. do Regimento. De seguida disse que a apresentação deste documento será feita pelos proponentes.

Não havendo introdução e intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por maioria com 29 votos a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta das deliberações referentes aos pontos nº. 2, 3, 4 e 5 da Ordem do Dia foram aprovados, por unanimidade, nos termos do nº. 3 do Artigo 92º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão às 00. 15 horas.

António José Costa
Agostinho